

## BOLETIM 791

Brasília, 17 de maio de 2019

### IBGE: desemprego volta a subir nos primeiros meses

No primeiro trimestre, a taxa de desemprego foi de 12,7% no primeiro trimestre, 1,1 ponto percentual acima do registrado no trimestre anterior. Nos primeiros três meses de 2019, 13,4 milhões de pessoas procuravam emprego no país.

Segundo o IBGE, as maiores taxas de desemprego foram registradas no Amapá (20,2%), Bahia (18,3%) e Acre (18%). As menores, em Santa Catarina (7,2%) e Paraná e Rondônia, ambos com 8,9%.

Em São Paulo, a taxa de desemprego ficou em 13,5%, acima da média nacional e 1,1 ponto percentual acima da registrada no quarto trimestre de 2018.

**Subutilização** - De acordo com o IBGE, um a cada quatro desempregados brasileiros estavam há mais de dois anos procurando trabalho no primeiro trimestre de 2019. Ao todo, 3,3 milhões de brasileiros se encontravam nessa posição.

Nos primeiros três meses de 2019, a taxa de subutilização da força de trabalho brasileira bateu recorde, chegando a 25%. No total, 28,3 milhões estavam sem trabalho ou trabalhavam menos do que gostariam.

Fonte: Portal Vermelho



### Um em cada quatro desempregados está há dois anos procurando trabalho

Praticamente um quarto dos desempregados (24,8%) está há pelo menos dois anos procurando trabalho, segundo o IBGE. Perto da metade, 45,4%, estão à procura de um mês a até um ano.

Os dados são da Pnad Contínua, divulgada nesta quinta-feira (16). O instituto mostra ainda que 14,1% procuram trabalho de um ano a até dois anos, enquanto 15,7% estão fora do mercado há menos de um mês.

O IBGE divulgou hoje informações detalhadas sobre a pesquisa, que em 30 de abril mostrou crescimento do desemprego no primeiro trimestre. São aproximadamente 13,4 milhões de pessoas desempregadas.

As mulheres eram maioria (52,4%) na população em idade de trabalhar. Mas, entre os efetivamente ocupados, os homens representam 56,3%. No desemprego, as mulheres também são maioria: 52,6%. Isso acontece em todas as regiões, chegando a 56,2% no Sul. A taxa média de desocupação é de 12,7%. Mas cai para 10,9% entre os homens e sobe para 14,9% no caso das mulheres.

O desemprego é maior também entre os negros. De acordo com o instituto, dos 13,4 milhões de desempregados no primeiro trimestre, os pardos (classificação usada pelo IBGE) representavam mais da metade: 51,2%. Os brancos eram 35,2% do total e os pretos, 12,7%. Somando-se pardos e pretos, são quase dois terços dos desempregados.

## Após prévia do PIB, DIEESE vê forte risco de recessão

Após o Banco Central indicar a "prévia" do Produto Interno Bruto (PIB), nesta quarta-feira (15), com retração de 0,68%, o diretor técnico do DIEESE, Clemente Ganz Lúcio alerta que o Brasil caminha para entrar em uma recessão oficial.

"Três trimestres seguidos de queda colocam tecnicamente o país numa recessão. Os indicadores estão apontando para uma dinâmica fraca em 2019, e um crescimento abaixo de 1,5%. A expectativa para 2020 é também de um crescimento menor do que vinha se indicando", explicou Clemente à Rádio Brasil Atual. O PIB será divulgado no próximo dia 30 pelo IBGE.

De acordo com o diretor técnico, o governo de Jair Bolsonaro não tem uma virtude econômica, sem criar capacidade de consumo para a população. "O desemprego está alto, os salários arrojados e o crédito está caro. As empresas não investem e o governo não gasta, só corta", criticou.

Ele ainda rebate o argumento do governo federal de que as coisas vão melhorar após a aprovação da "reforma" da Previdência. "O governo ameaça que é necessária a reforma da Previdência, como fez no passado, quando diziam que era preciso fazer a reforma trabalhista para gerar milhões de empregos, mas só vemos trabalhos precários e informais. Essas ameaças são feitas para fazer a sociedade aceitar mudanças ruins", afirmou Clemente.

*Fonte: Rede Brasil Atual*

## Número dos sem aposentadoria nem trabalho dispara

Matéria do jornal Valor Econômico informa que a crise amplia universo dos sem aposentadoria nem trabalho acima de 50 anos. De acordo com o texto, dois anos de recessão e a consequente crise no mercado de trabalho fizeram crescer rapidamente o número de homens de 50 a 69 anos que não trabalham nem procuram emprego, mesmo sem receber aposentadoria ou pensão.

Os dados são de um levantamento da consultoria LCA a pedido do Valor, que mostra que o total de pessoas que reúnem essas condições estava em 1,843 milhão em 2017, 11% acima do ano anterior (189 mil pessoas a mais). O contingente representava 9,6% dos homens dessa faixa etária.

Esse fenômeno foi inicialmente identificado por um estudo das pesquisadoras Ana Amélia Camarano e Daniele Fernandes, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que observam há anos a tendência desse grupo, batizado de "nem nem maduros", diz o Valor. As pesquisadoras afirmam que os homens que se encaixam no perfil "nem nem" representavam 4,2% da faixa etária em 1992. Esse número cresceu para 6,2% em 2005 e alcançou 8,3% em 2015.

**Família** - Segundo a LCA Consultores, que levantou os números mais recentes a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), esses homens têm como característica comum pertencer a famílias de baixa renda e ter baixa escolaridade. "É preocupante, porque são pessoas que têm e terão muita dificuldade de se recolocar no mercado de trabalho. Com o tempo, ficam desatualizadas, perdem autoestima e desistem de procurar recolocação", diz Cosmo Donato, economista da LCA.

*Fonte: Portal Vermelho*

## Em meio a sua “balbúrdia” governo avança sobre direitos

Marcos Verlaine\*

Engana-se redondamente quem pensa ou fala que o governo Bolsonaro está paralisado ou inoperante em razão de suas confusões internas, a partir das “balbúrdias” protagonizadas pelo núcleo “ideológico” do governo, liderado pelo próprio presidente da República.

Enquanto esse núcleo “ideológico” “distrain” e “diverte” o grande público nas redes sociais ou nas mídias tradicionais — rádio, TV e jornais — o núcleo econômico opera efetivo e pesado contra os interesses do povo em geral, e dos trabalhadores em particular. Este núcleo é o que opera os interesses do mercado, sob a batuta do ministro da Economia, Paulo Guedes.

O dado mais recente para mostrar que o governo funciona a “pleno vapor”, foi o anúncio pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), na segunda-feira (13), que vai rever todas as normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho. Essa nova medida, sob o comando do secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, está no contexto do seu pronunciamento no dia 1º de Maio (Dia Internacional do Trabalhador).

**Para os trabalhadores, nenhuma vírgula** - No pronunciamento transmitido em cadeia nacional de rádio e TV, no 1º de maio, Bolsonaro afirmou que seu governo tem compromisso de garantir a “plena liberdade da atividade econômica no país”. A fala de 2 minutos do presidente começou com referência à assinatura da chamada “MP [881/19] da Liberdade Econômica”.

A MP estabelece normas gerais para garantir a livre iniciativa de negócios no país, de forma desburocratizada. Permite que empreendimentos

considerados de baixo risco sejam desenvolvidos sem depender de qualquer ato de liberação pela Administração Pública. Na prática, atividades econômicas que não oferecem risco sanitário, ambiental e de segurança não vão precisar mais de licenças, autorizações, registros ou alvarás de funcionamento. Liberou geral.

Mesmo sendo o Dia Internacional do Trabalhador, o presidente em seu pronunciamento em cadeia nacional, ao invés de fazer discurso voltado às pautas essenciais aos trabalhadores ou propor medidas para os 13,4 milhões de desempregados no Brasil, se limitou a falar sobre “liberdade econômica”. Para os trabalhadores, nenhuma vírgula.

**Pauta legislativa regressiva** - No Congresso não é diferente. A pauta do governo não é apenas a reforma da Previdência, em fase de audiências públicas, na comissão especial. Embora no Legislativo haja ponto de inflexão do governo, pois o Planalto, felizmente, não tem conseguido estruturar base parlamentar de apoio mais robusta para acelerar seu “pacote de maldades”.

As comissões mistas aprovaram e agora serão votadas no plenário da Câmara, as medidas provisórias 870 e 871. A 1ª reestrutura os ministérios, a partir do dia 1º de janeiro. A 2ª dificulta acesso aos benefícios previdenciários do Regime Geral, a cargo do INSS.

A comissão mista alterou a MP 870 devolvendo o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) que vai ficar mesmo sob a responsabilidade do Ministério da Economia. A MP o colocou sob a responsabilidade do Ministério da Justiça.

A situação da Fundação Nacional do Índio (Funai) também foi alterada. Ficou decidido que o órgão ficará sob a responsabilidade do Ministério da Justiça e com a missão de fazer a demarcação de terras indígenas. Inicialmente, a MP transferia tal

tarefa para o Ministério da Agricultura, e o órgão para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, cuja titular é a ministra Damares Alves. Estas foram as 2 derrotas pontuais para o governo.

Quanto ao antigo Ministério do Trabalho, que foi extinto e algumas de suas atribuições foram transferidas para os ministérios da Economia, e da Justiça, houve alteração relevante. Muito embora, os trabalhadores continuem sem pasta específica e, portanto, sem políticas públicas para reduzir o enorme desemprego que cresce e prejudica sobretudo o consumo das famílias.

A alteração determina que o órgão que cuida do Registro Sindical seria do MJSP e vá agora para a alçada do Ministério da Economia.

A MP 871, que cria dificuldades para acesso aos benefícios previdenciários, também foi aprovada com modificações. Esta MP, se junta à Reforma Trabalhista e a PEC 6, e dificultam acesso a benefícios do INSS em caso de acidente de trabalho.

Este “combo” funciona como verdadeiros entraves para que o trabalhador tenha proteção. E piora: a reforma da Previdência do governo Bolsonaro vai criar mais empecilhos para concessão de benefícios do INSS.

E olhe que nem mencionei os cortes nos recursos para a educação, que pode paralisar várias instituições de ensino (com anúncio de greve) em todo o país. E o ministro Abraham Weintraub, não descartou novos contingenciamentos na pasta caso a equipe econômica decida ampliar o bloqueio de recursos no caixa do governo ainda neste semestre.

Como se vê, o governo Bolsonaro apenas parece que está paralisado, pois opera, em grande medida, sob a distração e criatividade do núcleo “ideológico”.

(\*) Jornalista, analista Diap  
Fonte: Diap



## Fiscais do Trabalho criticam governo e defendem normas

A intenção do governo de "simplificar" as normas regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho é criticada pelos auditores-fiscais, por meio do Sinait, sindicato nacional da categoria. A entidade lembra que as NRs começaram a ser implementadas ainda no período da ditadura, quando o Brasil era "campeão mundial" de acidentes. "De lá para cá, o cenário melhorou muito, em grande parte graças ao esforço de construção das NRs e da Fiscalização do Trabalho", lembrando que ainda há "um longo caminho a percorrer para alcançar uma situação que seja, no mínimo, aceitável".

De acordo com a entidade, nos últimos seis anos ocorreu um acidente de trabalho a cada 49 segundos, "o que levaria qualquer governo a adotar medidas diametralmente opostas ao que se anuncia". Ainda mais em um mercado de trabalho caracterizado pelo alto índice de informalidade. "É preciso investir muito mais para reverter a situação de insegurança e insalubridade nos ambientes de trabalho. Não o contrário."

Para o Sinait, afirmar que a legislação das NRs não é moderna, como dizem empresários e governo, é algo questionável, pois as normas regulamentadoras "são construídas em comissões tripartites – com representantes do governo, de empregados e empregadores", além de haver um processo contínuo de discussão.



## TRT-18 vai decidir se norma coletiva pode suprimir adicional noturno e de feriado

O Plenário do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) vai decidir sobre a validade de norma coletiva de trabalho que, em regime de compensação de jornada 12x36, suprime o pagamento em dobro dos feriados e o adicional noturno.

A corte analisará Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) instaurado a pedido do desembargador Welington Peixoto. O processo será relatado pelo desembargador Paulo Pimenta, presidente do TRT-18. Até o julgamento, estão suspensos todos os casos que tramitam na Justiça local sobre esse tema.

O tribunal já tem uma tese sobre o tema (Súmula 9/2010). Pelo texto, no regime de 12 horas de trabalho seguidas por 36 horas de descanso, são assegurados a redução da hora noturna, o intervalo intrajornada e o pagamento em dobro dos feriados trabalhados.

No entanto, segundo o relator, as três turmas de julgamento têm decidido a mesma questão de forma divergente. Alguns julgados seguiram o entendimento de que são inválidas as

normas coletivas, por considerar que não se pode negociar matérias atinentes à higiene, saúde e segurança do trabalho.

Já outros julgados consideraram essas normas válidas, diante do reconhecimento pela Constituição Federal das convenções e acordos coletivos de trabalho, valorizando o princípio da autonomia da vontade no direito coletivo.

Para Pimenta, há ofensa à isonomia e à segurança jurídica por entendimento divergente das turmas e também no primeiro grau de jurisdição. Com informações da Assessoria de Imprensa do TRT-18. Processo 0010730-20.2018.5.18.0000

*Fonte: Consultor Jurídico*

## **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLD PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**